



Comissão Pró-Índio
de São Paulo

RELATÓRIO PÚBLICO 2006

R. Padre Carvalho, 175
São Paulo - SP Brasil 05427-100

Fotos_Carlos Penteadado

Projeto gráfico_  Imãs de Criação



Este documento foi impresso em papel reciclado.

A Comissão Pró-Índio de São Paulo é uma organização não governamental que tem como beneficiários os povos indígenas e as comunidades remanescentes de quilombos do Brasil. Fundada em 1978, a CPI-SP tem trabalhado junto com índios e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com a construção de um Estado que se reconheça multicultural e pluriétnico.

Para saber mais, consulte o site www.cpisp.org.br

Rua Padre Carvalho, 175 – São Paulo – SP – 05427-100

tel./fax (11) 3518-8961/3814-7228

endereço eletrônico: cpisp@cpisp.org.br

sítio eletrônico: www.cpisp.org.br

Conselho Diretor (mandato 2005/2007)

Carlos Fernando da Rocha Medeiros

Flávio Jorge Rodrigues da Silva

Glenn Ross Switkes

Lúcia Helena Vitalli Rangel

Mara Lúcia Manzoni Luz

Conselho Consultivo (mandato 2005/2007)

Alain Charles Edouard Moreau

Dalmo de Abreu Dallari

Eurípedes Antônio Funes

Girolamo Domenico Treccani

João Paulo Botelho Vieira Filho

Lux Boelitz Vidal

Orlando Sampaio Silva

Coordenadora Executiva

Lúcia M. M. de Andrade

Equipe

Coordenadora do Programa Povos Indígenas: Selma Aparecida Gomes

Coordenadora do Programa Comunidades Quilombolas: Lúcia M. M. de Andrade

Gerente administrativa: Claudia Regina Ferreira de Sousa

Auxiliar de contabilidade: Lourival dos Santos

Auxiliar de secretaria: Luciano Evangelista Silva

Estagiários em 2006

Nível Universitário: Guilherme Ferreira Neves Mesquita (FGV), Rejane Duarte Pinto (FGV) e Renata Villela Benetez Cotas (PUC-SP).

Ensino Médio: Lais da Cunha Camargo, Lucilene Mendes da Silva Santos, Samanta da Costa Rocha e Tabata do Nascimento Santos



DIREITOS TERRITORIAIS



Com o objetivo de contribuir para a garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas e das comunidades quilombolas, a CPI-SP se dedica a levantar e divulgar subsídios sobre o tema. A CPI-SP acredita que a informação é um importante instrumento para a defesa de direitos.

Por meio de seus programas de monitoramento, a CPI-SP reúne dados inéditos, analisa as informações e as coloca à disposição dos principais atores.

Terras Indígenas em São Paulo

Em 2006, a CPI-SP deu continuidade ao monitoramento dos processos de demarcação das 31 terras indígenas no Estado de São Paulo. Os resultados da pesquisa foram divulgados para lideranças indígenas e organizações indigenistas por meio de dois informes.



Terra indígena	Povo indígena	Município	Extensão (ha)	Situação Fundiária
Aguapeú	Guarani Mbya	Mongaguá	4.372,25	Homologada e registrada.
Aldeinha	Guarani Nhandeva	Itanhaém	–	A identificar.
Amba Porã	Guarani Mbya	Miracatu	–	A identificar.
Araribá	Terena, Guarani Nhandeva e Kaingang	Avaiá	1.930	Homologada e registrada. Demanda por revisão de limites.
Bananal	Guarani Nhandeva	Peruíbe	480,47	Homologada e registrada. Demanda por revisão de limites.
Boa Vista	Guarani Mbya	Ubatuba	906,39	Homologada e registrada. Demanda por revisão de limites.
Djaeko aty	Guarani Nhandeva	Miracatu	–	A identificar.
Icatu	Terena, Kaingang e Krenac	Braúna	301	Homologada. Demanda por revisão de limites.
Itaguá	Guarani Mbya	Iguape	–	A identificar.
Itaocá	Guarani Nhandeva e Mbya	Mongaguá	533	Identificada. Demarcação física paralisada por determinação judicial.
Itapitangui	Guarani Mbya	Cananéia	–	A identificar.
Itaporanga	Guarani Nhandeva	Itaporanga	–	A identificar.
Jacareí	Guarani Mbya	Cananéia	–	A identificar.
Jaraguá	Guarani Mbya e Nhandeva	São Paulo	1,75	Em processo de revisão de limites.
Juréia	Guarani Mbya	Iguape	–	A identificar.
Krukutu	Guarani Mbya	São Paulo	25,88	Em processo de revisão de limites.
Paraíso	Guarani Nhandeva	Iguape	–	A identificar.
Paranapuã	Guarani Nhandeva e Mbya	São Vicente	–	A identificar.
Peaguao ty	Guarani Mbya	Sete Barras	–	A identificar.
Piaçaguera	Guarani Nhandeva	Peruíbe	2.795	Em processo de demarcação.
Pino ty	Guarani Mbya	Pariquera_açu	–	A identificar.
Ribeirão Silveira	Guarani Mbya e Nhandeva	São Sebastião, Bertioga e Salesópolis	948	Em processo de revisão de limites.
Rio Branco	Guarani Mbya	Itanhaém, São Paulo e São Vicente	2.856,10	Homologada e registrada.
Rio Branquinho	Guarani Mbya	Cananéia	–	A identificar.
Serra do Itatins	Guarani Mbya e Nhandeva	Itariri	1.212	Homologada e registrada.
Subáuma	Guarani Mbya	Iguape	–	A identificar.
Tenondé Porã / Barragem	Guarani Mbya	São Paulo	26,3	Em processo de revisão de limites.
Uruiy	Guarani Mbya	Miracatu	–	A identificar.
Vanuíre	Kaingang, Krenak e Terena	Tupã	708	Homologada e registrada. Demanda por revisão de limites.
Wiutu–Guaçu / Renascer	Guarani Nhandeva	Ubatuba	–	A identificar.
Yvyty Parapau	Guarani Mbya	Cananéia	–	A identificar.

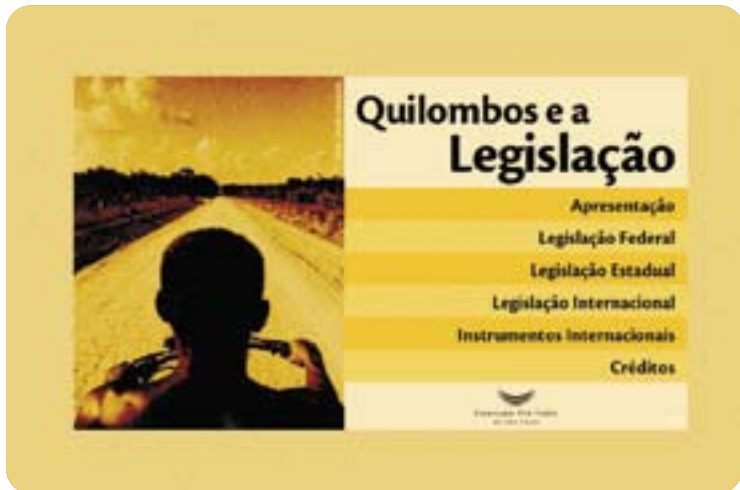
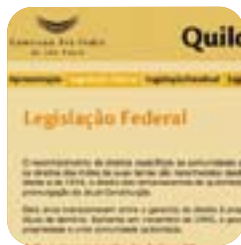
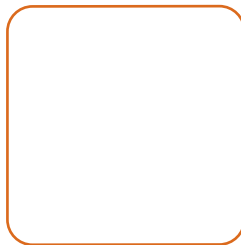
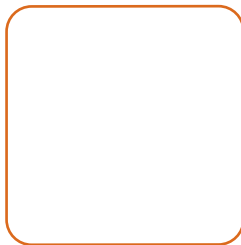
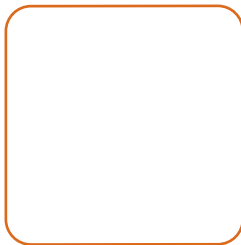
Terras de Quilombo

Monitoramento: Comunidades Quilombolas e Direitos Territoriais

Em 2006, a CPI-SP prosseguiu com o monitoramento que tem o objetivo de conhecer e divulgar o modo como os direitos territoriais das comunidades quilombolas vêm sendo reconhecidos na legislação, implementados pelo governo e interpretados pelo Poder Judiciário.

O monitoramento é realizado com o apoio de uma rede de colaboradores composta por técnicos de órgãos governamentais (federais e estaduais), Procuradores da República e técnicos do Ministério Público Federal, Procuradores dos Estados, Defensores Públicos, integrantes de organizações não governamentais e pesquisadores. A pesquisa não seria possível sem esse valioso apoio.

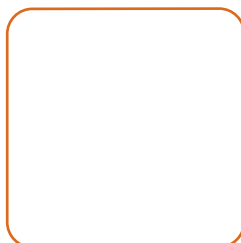
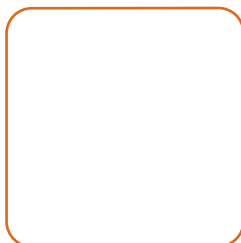
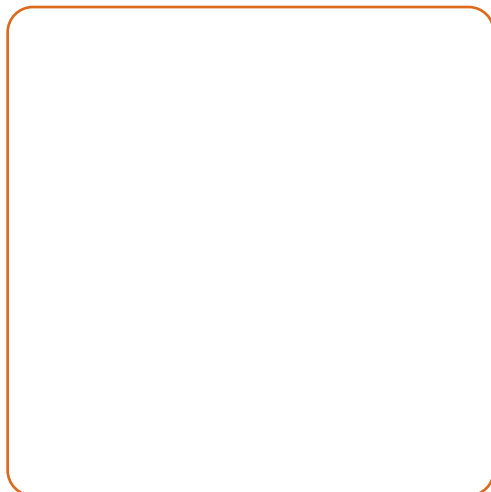
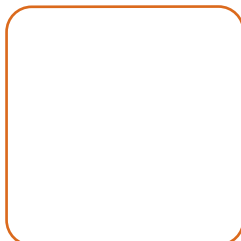




Quilombos e a Legislação

Em 2006, a CPI-SP realizou duas atualizações no repertório da legislação quilombola que se encontra disponível para consulta em:

www.cpis.org.br/html/leis



Regularização das Terras de Quilombo

A CPI-SP monitorou 331 processos de regularização de terras quilombolas em 22 Superintendências do Inca. A fim de levantar essas informações foram realizadas viagens para o Rio de Janeiro, Belém, Recife e Vitória.

www.cpis.org.br/terras

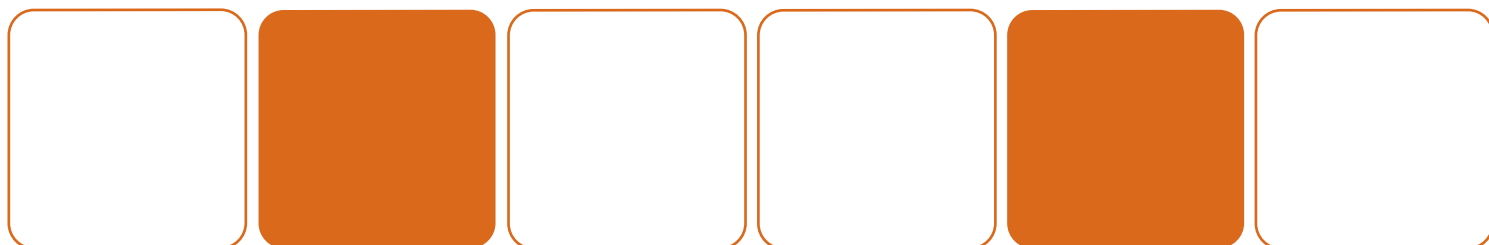




Ações Judiciais

A CPI-SP levantou 112 ações judiciais envolvendo 34 terras de quilombo distribuídas em 13 estados. A pesquisa incluiu o levantamento e a análise das peças dos processos, o acompanhamento do andamento das ações em curso e a sistematização dos dados para incluir no sítio eletrônico:

www.cpis.org.br/acoes



Encontro: Processos Judiciais e Terras de Quilombo

Promovido em parceria com o Ministério Público Federal, o evento reuniu no mês de outubro de 2006 na Procuradoria Regional da República da 3ª Região, procuradores dos Estados do Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, da 6ª Câmara em Brasília e integrantes da CPI-SP.

A iniciativa teve por objetivo socializar os resultados do monitoramento realizado pela CPI-SP e possibilitar a troca de idéias sobre possíveis procedimentos em relação aos diversos casos concretos acompanhados pelo MPF.



SÍLIO ELETRÔNICO

Comunidades Quilombolas

Por meio do sítio eletrônico, a CPI-SP disponibiliza informações atualizadas e em linguagem didática sobre as comunidades quilombolas. Essa iniciativa visa contribuir com o maior conhecimento da sociedade sobre os quilombolas e suas lutas.

No ano de 2006, a CPI-SP pesquisou, redigiu e incluiu no seu sítio eletrônico as seções sobre as comunidades quilombolas do Rio de Janeiro e Bahia.

www.cpis.org.br/comunidades

Home

O que são Comunidades no Brasil

Mulheres quilombolas

Créditos e agradecimentos

veja também:
Processos de titulação
Legislação
Ações judiciais

Você está em:
Comunidades Quilombolas no Brasil • Estado da Bahia

Comissão Pro-Índia de São Paulo

Comunidades Quilombolas do Estado da Bahia

Os levantamentos mais recentes realizados por pesquisadores e militantes de organizações não governamentais indicam a existência de 300 a 500 comunidades quilombolas no Estado da Bahia. O Cadastro Geral de Romanescentes de Comunidades de Quilombos do governo federal registrava em outubro de 2006 a existência de 159 comunidades naquele estado.

Na Bahia, até outubro de 2006, quatro comunidades contavam com suas terras tituladas (ou ao menos parcialmente tituladas) pelo governo federal ou estadual: Barra, Bananal e Riacho das Pedras; Parateca e Pau D'Arco; Rio das Rãs; Mangal e Barro Vermelho.

A história de grande parte dos quilombos na Bahia é marcada por disputas e conflitos com os grandes proprietários e grileiros. Conheça um pouco mais da trajetória de luta de algumas dessas comunidades:

- Rio das Rãs
- Parateca e Pau D'Arco
- Mangal e Barro Vermelho
- Barra e Bananal
- São Francisco do Paraguaçu
- Jatoba
- Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba
- Fontes consultadas

Foto: Ricardo Teles

Consulte também:
• Conheça o andamento dos processos de titulação das terras quilombolas na Bahia

ETNODESENVOLVIMENTO

Aldeia Boa Vista

As ações desenvolvidas pela CPI-SP com os Guarani da Aldeia Boa Vista, no Litoral Norte de São Paulo, visam proporcionar o aumento na renda da comunidade por meio de práticas sustentáveis que valorizem a cultura Guarani e estimulem a conservação da Mata Atlântica.

Valorização do Artesanato

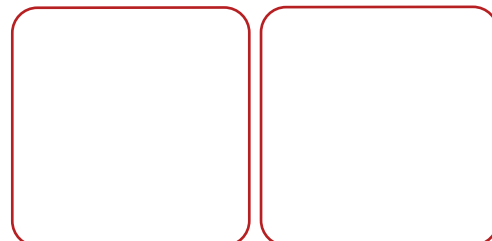
Em 2006, a CPI-SP ofereceu aos Guarani capacitações com o intuito de aprimorar os processos de extração e cultivo de matérias-primas bem como as técnicas de acabamento das peças.

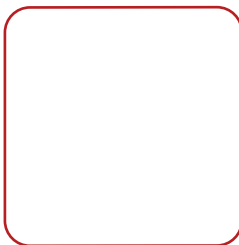
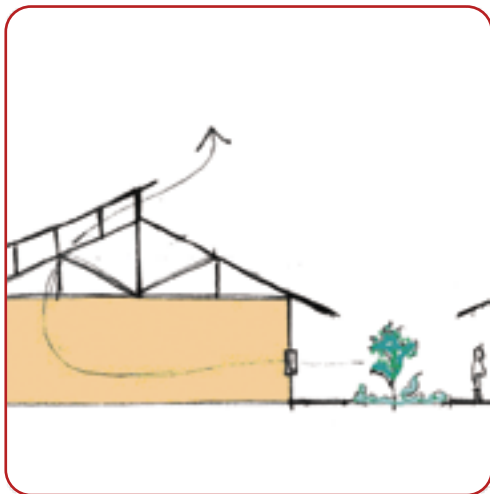
Entre as iniciativas para valorizar o artesanato da Aldeia Boa Vista foi criada a etiqueta de identificação das peças. Juntamente com as designers, os Guarani conceberam o logotipo do artesanato utilizado nas etiquetas.

Casa de Cultura

Em 2006, a CPI-SP deu início à construção da Casa de Cultura. O trabalho vem sendo realizado em sistema de mutirão, e uma equipe de engenheiro e arquitetos orienta os trabalhos. A obra será concluída em junho de 2007.

A Casa de Cultura foi concebida com o objetivo de criar um espaço na aldeia para a recepção dos turistas, divulgação da cultura (por meio de exposições permanentes de fotos e a realização de apresentações culturais) e comercialização do artesanato.





Usina do Quilombo

Em 2006, foram dados os primeiros passos para o beneficiamento da produção de castanha-do-pará dos quilombolas de Oriximiná.

No primeiro semestre, a CPI-SP patrocinou a elaboração do plano de negócios para a usina da Cooperativa do Quilombo. O plano concluiu pela viabilidade da proposta de implantação de uma unidade de produção de castanha fracionada e embalada a vácuo na cidade de Oriximiná.

Já no segundo semestre, a CPI-SP contratou uma equipe de arquitetos e engenheiros para elaborar os projetos de arquitetura e de engenharia e o orçamento executivo da usina. Tais estudos subsidiarão a Cooperativa do Quilombo na captação dos recursos para viabilizar o empreendimento.

Artesanato do Quilombo

Em 2006, as ações priorizaram o aperfeiçoamento das técnicas de produção e o estímulo ao uso crescente de insumos oriundos do próprio território quilombola. Com esse objetivo foram organizadas seis oficinas de sensibilização e capacitação que contaram com a participação de 190 pessoas.

Como resultado, novos protótipos para as Jóias Quilombolas foram desenvolvidos e colocados para comercialização em novembro de 2006.



GÊNERO

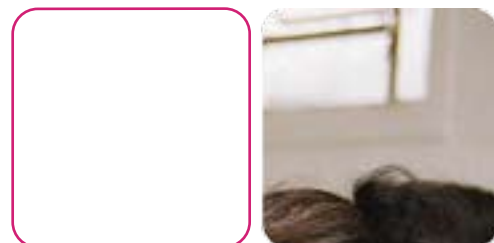


Oficina: Mulheres Quilombolas e os Direitos Territoriais

No mês de maio, em mais uma parceria com a Malungu – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará, a CPI-SP promoveu a oficina que contou com a participação de 32 mulheres quilombolas oriundas de 19 municípios paraenses.

O evento teve por objetivo oferecer maior conhecimento sobre a legislação referente aos direitos territoriais das comunidades quilombolas e os diversos procedimentos necessários para a regularização fundiária de suas terras.





Mulheres Guarani em São Paulo

No ano de 2006, a CPI-SP implementou uma extensa programação com as mulheres Guarani. No mês de maio foram realizadas seis reuniões em aldeias Guarani do Litoral e do Vale do Ribeira.

Já nos meses de junho, julho e agosto, foram organizadas seis oficinas com as mulheres Guarani das aldeias Pindoty e Peguaoty (no Vale do Ribeira), Itaóca e Aguapeú (no Litoral Sul), Boa Vista e Ribeirão Silveira (Litoral Norte). Essas oficinas contaram com a participação de 76 mulheres.

A programação culminou com a realização da “Terceira Oficina Mulheres Guarani de São Paulo”, na cidade de Santos, no mês de outubro. A oficina contou com a participação de 23 mulheres Guarani de seis aldeias do Litoral e do Vale do Ribeira e duas mulheres Makuxi representantes da Organização de Mulheres Indígenas de Roraima. O principal tema abordado foi a situação das terras Guarani.

Um dos resultados da oficina foi uma carta direcionada ao Ministro da Justiça e ao Presidente da Funai em que as mulheres Guarani reivindicam a regularização urgente de suas terras.



INFORME FINANCEIRO

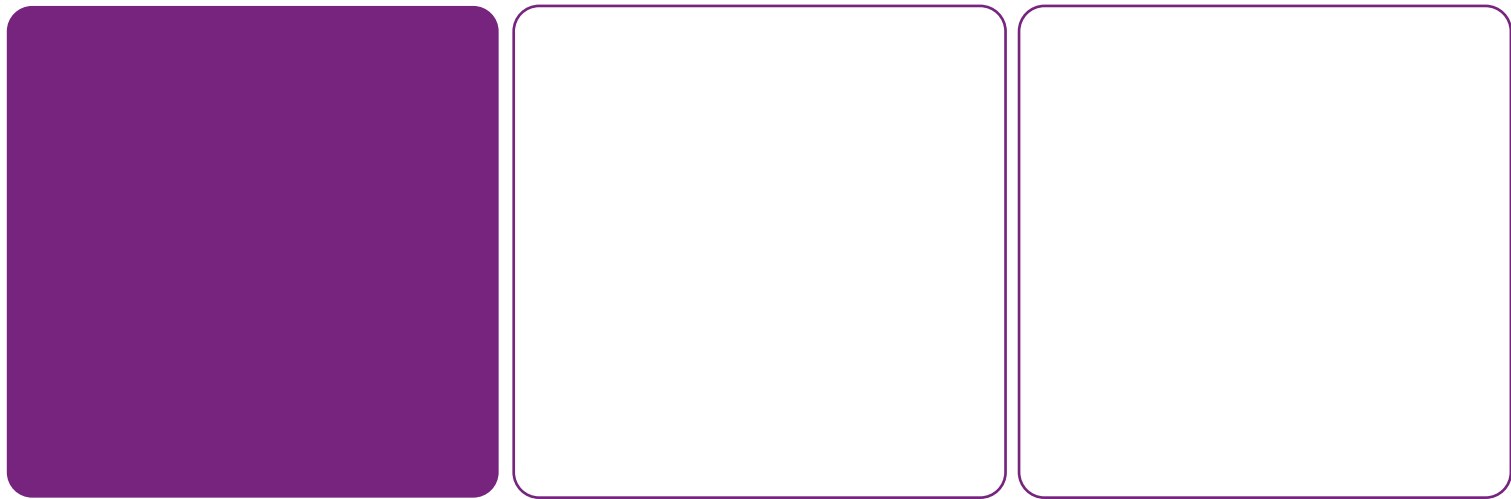
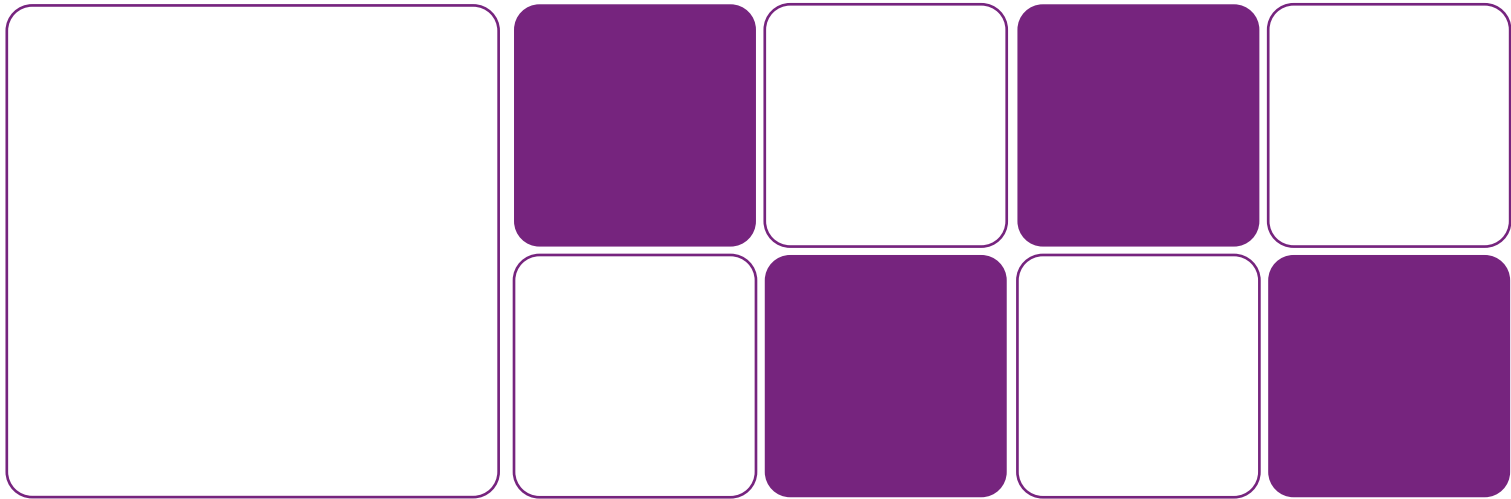
A contabilidade da CPI-SP relativa ao exercício de 2006 foi auditada pela HLB Audilink & Cia. Auditores. O parecer dos auditores encontra-se disponível para consulta no sítio eletrônico da CPI-SP.

ENTRADAS EM 2006

ORIGEM DOS RECURSOS	Reais	%
Agências de Cooperação	806.980,79	92,8%
CAFOD	89.754,72	
CARTEIRA INDÍGENA – MMA/MD S	30.000,00	
CESE	9.000,00	
COMISSÃO EUROPEIA / ICCO	191.408,83	
COMISSÃO EUROPEIA	211.580,56	
DKA Áustria	21.861,68	
FNMA/MMA	8.140,00	
ICCO	179.400,00	
OXFAM	65.835,00	
Receitas Financeiras	60.375,86	6,9%
Recursos Próprios	1.849,19	0,2%
TOTAL GERAL	869.205,84	100%

DESPESAS EM 2006

DESPESAS	Reais	%
Programas – Atividades	699.263,36	64,0%
Povos Indígenas	160.734,07	
Comunidades Quilombolas	516.557,58	
Desenvolvimento Institucional	21.971,71	
Gestão	388.290,27	35,5%
Salários e Encargos	291.906,33	
Despesas Administrativas	96.383,94	
Auditoria Externa	5.460,00	0,5%
TOTAL	1.093.013,63	100%



FINANCIADORES



UNIÃO EUROPEIA



Carteira de Projetos
Fome Zero e Desenvolvimento
Sustentável em
Comunidades Indígenas

Ministério do
Desenvolvimento Social e
Combate à Fome

Ministério do Meio Ambiente



IMPRESSO FECHADO

Envelope fechado, pode ser aberto pelo EC.T



Comissão Pró-Índio
de São Paulo

